

- Observatório de Política Externa Brasileira -
Nº 129

27/04/07 a 03/05/07

Apresentação:

O Observatório de Política Externa Brasileira é um projeto de informação semanal da Graduação em Relações Internacionais, e um dos trabalhos executados pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro De Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, *campus* de Franca.

Trata-se de uma resenha a respeito das notícias que têm por tema central a política externa brasileira e que foram veiculadas nos periódicos: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*.

Equipe de redação e revisão: **Suzeley Kalil Mathias** (coordenação), **André Cavaller Guzzi** (mestrando em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas – UNICAMP UNESP PUC-SP –, bolsista FAPESP e redator responsável), **Flávio Augusto Lira Nascimento** (mestrando em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas – UNICAMP UNESP PUC-SP), **Juliana Alves da Costa** (graduanda em Relações internacionais – UNESP), **Juliana Yumi Aoki** (graduanda em Relações internacionais – UNESP), **Leonardo Ulian Dall Evedove** (mestrando em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas – UNICAMP UNESP PUC-SP), **Lisandra Crosara** (graduanda em Relações internacionais – UNESP) e **Renata Avelar Gianini** (mestranda em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas – UNICAMP UNESP PUC-SP e bolsista CAPES).

Brasil fechou acordo sobre energia com o Chile

O presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, assinou juntamente à presidente do Chile, Michelle Bachelet, uma parceria entre a empresa brasileira Petrobrás e a chilena Enap para a exploração de biocombustíveis, gás natural liquefeito, e petróleo. O acordo, que foi firmado durante a visita de Lula ao Chile, refere-se a atuações nos dois países contratantes como também em outras nações. A parceria indica o desenvolvimento de projetos e negócios de hidrocarbonetos e energia, sendo que, ainda nesse ano, os países organizarão missões tecnológicas e empresariais para sua implementação. Lula declarou que os dois países cooperarão com vistas a assegurarem o desenvolvimento de suas áreas energéticas ao passo que contribuem com o meio ambiente e geram empregos. Bachelet, por sua vez, ressaltou a necessidade chilena de estabelecer uma matriz autônoma para geração de energia a fim de não depender de uma única fonte. Lula afirmou também defender a integração dos países da América do Sul como

forma de aproveitar oportunidades de negócios e solucionar problemas comuns. Durante a viagem de Lula, foram firmados outros nove acordos entre os países, nas áreas de saúde, educação e turismo e o compromisso de uma reunião técnica, em julho desse ano, para a implantação de corredores interoceânicos envolvendo também a Argentina, a Bolívia e o Paraguai. No dia 26 de abril, Lula defendeu também um maior intercâmbio educacional entre os países da América do Sul com vistas a consolidar a integração continental e propôs a criação de uma Universidade do Mercosul, tema que considera a ser tratado na próxima reunião de presidentes do bloco. Durante o encerramento do Fórum Econômico da América Latina, no Chile, Lula afirmou que o Brasil quer que o Banco do Sul, projeto discutido com a Venezuela e a Argentina, seja uma instituição de fomento, o que contrariaria a perspectiva do presidente venezuelano, Hugo Chávez, de que o banco seja um corretor dos desequilíbrios macroeconômicos regionais. O presidente brasileiro afirmou ainda que Hugo Chávez tem sido um aliado excepcional nos âmbitos político e comercial e que o Brasil não possui qualquer problema com a Venezuela. Segundo Lula, não há questões ideológicas envolvendo Estados, somente entre pessoas e o líder surge na medida em que os liderados o reconhecem como tal. Para ele, na América Latina, não há necessidade de uma liderança, mas de uma relação forte de respeito mútuo entre os Estados. O núcleo de integração regional, em sua perspectiva, é o Mercosul, para o qual pode ser construída uma moeda única e um banco central (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 27/04/2007; Folha de S. Paulo – Nacional – 27/04/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 27/04/2007; O Globo – Economia – 27/04/2007).

Governo chinês pediu esclarecimentos ao Brasil

O governo da China pediu esclarecimentos à Embaixada do Brasil em Pequim acerca do aumento das tarifas de importação brasileiras sobre calçados e têxteis, anunciada no dia 25 de abril. O Brasil, por sua vez, respondeu à China, afirmando-lhe que a medida possui caráter geral e não se aplica especificamente ao país. O Brasil elevou de 20% para 35% a tarifa de importação sobre estes setores com vistas a contrapor a maciça entrada de produtos advindos da China. Este aumento, no entanto, ainda será discutido entre os outros membros do Mercosul. O presidente da Câmara Brasil-China de Desenvolvimento, Paul Liu, disse que a indústria brasileira deve melhorar sua competitividade para enfrentar os produtos chineses, ou deteriorar-se-á sua situação quando as tarifas caírem novamente. De acordo com Paul, a importação brasileira dos artigos chineses deve se manter alta em vista da demanda dos importadores brasileiros. O Brasil pôde elevar suas tarifas em razão do nível anteriormente acertado com a Organização Mundial do Comércio (OMC) (Folha de S. Paulo – Nacional – 27/04/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 27/04/2007).



Petrobrás buscará diversificar as fontes de importação de gás natural

A Petrobrás firmou acordos com as empresas Nigerian LNG e com a Oman LGN para a importação de gás natural liquefeito, movimentado por navios fretados pela empresa brasileira. A Petrobrás instituiu contrato de intenções com a Nigerian LNG para fornecimento do gás sempre que houver demanda do produto pela Petrobrás e um acordo de potencial suprimento do produto com a Oman LNG. A empresa brasileira, que também fechou acordos com a empresa norueguesa Golar para o afretamento de embarcações que transportem o gás natural, busca abastecer as unidades de regaseificação que serão instaladas no Brasil. De acordo com a Petrobrás, o primeiro navio com gás iniciará o transporte em abril de 2008 e o segundo deles, no primeiro trimestre de 2009. No entanto, tal projeto tem enfrentado vários obstáculos, principalmente no que se refere às licenças ambientais necessárias à importação do produto através de navios. Ainda no sentido de diversificar os fornecedores de gás natural, o ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, viajará nas próximas semanas para países como Argélia, Catar e Trinidad e Tobago para negociar tratados de compra de gás. Preocupado com a situação da Bolívia, Rondeau destacou a importância de ações que tornem o país menos dependente do produto boliviano. O ministro afirmou que o cumprimento dos contratos assinados com a Petrobrás pela Bolívia é fundamental, mas reconheceu que as três interrupções no fornecimento de gás para o Brasil não foram propositais. No dia 24 de abril, o ministro de Hidrocarbonetos da Bolívia, Carlos Villegas, declarou que o governo boliviano poderia utilizar-se do dia 1º de maio para publicar um decreto supremo de expropriação das duas unidades da Petrobrás no país. No dia 26 de abril, ainda, durante sua visita ao Chile, o presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou considerar natural a nacionalização dos hidrocarbonetos na Bolívia e que o presidente boliviano, Evo Morales, é quem melhor representa seu país. De acordo com informações divulgadas pela Petrobrás, a assinatura dos novos contratos de exploração e produção de gás na Bolívia não criou segurança suficiente para novos investimentos. Pois, há a vigência de uma alíquota de 82% do faturamento bruto imposta pelo decreto supremo e a redação da Nova Constituição boliviana que pode alterar toda a base jurídica que rege o setor. O gerente de Coordenação e Estratégia da Câmara Boliviana de Hidrocarbonetos (CBH), Yussef Akly, afirmou não acreditar que o país possa ter uma nova estrutura para regular e abrir caminho para investimentos no setor em curto prazo. A ameaça de um levante separatista envolvendo quatro departamentos bolivianos, na região conhecida como Meia Lua, caso a nova constituição do país não atenda as reivindicações de maior autonomia para a região, feitas por um movimento denominado Nação Camba; pode desencadear em um conflito de fronteiras com o Brasil que poderá ser agravado caso o governo do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, intervenha a favor de Evo Morales. Tal levante prejudicaria o fornecimento de gás para o Brasil, já que é na Meia Lua boliviana em que se localizam dois campos operados pela Petrobrás, responsáveis por 80% do gás importado pelo Brasil. Entretanto, o assessor do presidente Lula para assuntos internacionais, Marco

Aurélio Garcia, afirmou que o Brasil acredita que Evo Morales tenha o controle da situação e, que o Brasil dificilmente correrá risco de abastecimento, já que ambos os países têm interesse no comércio de gás (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 26/04/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 26/04/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 30/04/2007; O Globo – Economia – 26/04/2007; O Globo – 27/04/2007; O Globo – Economia – 29/04/2007; O Globo – O Mundo – 29/04/2007; O Globo – O Mundo – 30/04/2007).

Bolívia anuncia decreto

No dia 1º de maio, em comemoração ao dia do trabalho, o governo boliviano anunciou a entrada em vigor dos 44 contratos assinados em outubro do ano passado entre o governo boliviano e as 12 petroleiras instaladas no país, entre elas a Petrobrás. O presidente Evo Morales divulgou oficialmente a criação do chamado Banco de Desenvolvimento Produtivo, que concederá crédito a juros baixos, e possivelmente a concessão de algumas minas de exploração de estanho para a estatal Comibol. Além disso, ele fará um balanço das negociações com as quais o governo boliviano pretende obter a maioria acionária das duas refinarias da Petrobrás, quais sejam a de Cochabamba e a de Santa Cruz de La Sierra e das empresas Chaco, Andina e Transredes. Apesar disso, o governo brasileiro obteve garantia das autoridades bolivianas de que o pacote não inclui nenhuma medida contra a Petrobrás. Segundo o presidente da YPF, a entrada em vigor dos novos contratos consolida o decreto de nacionalização de hidrocarbonetos anunciado por Morales no dia 1º de maio de 2006. A partir de então, segundo o ministro de hidrocarbonetos, Carlos Villegas, a segunda fase de nacionalização foi iniciada, e concentrar-se-á nos processos de industrialização de petróleo e gás. Silas Rondeau, ministro de Minas e Energia do Brasil, não acredita que existam ameaças concretas ao fornecimento de gás ao Brasil. O presidente da Petrobrás, José Sérgio Gabrielli, disse que não existe um prazo legal para o fechamento das negociações sobre a indenização do governo boliviano à Petrobrás, mas que estas têm avançado. Gabrielli disse que o valor da indenização ainda não foi concluído, desmentindo os rumores de que a empresa teria recebido uma oferta da Bolívia de cerca de US\$ 70 milhões pelas duas refinarias (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 28/04/2007; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 01/05/2007; Folha de S. Paulo – Mundo – 01/05/2007; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 02/05/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 28/04/2007; O Estado de S. Paulo – Internacional – 28/04/2007; O Estado de S. Paulo – Internacional – 02/05/2007; O Globo – Economia – 28/04/2007; O Globo – Economia – 29/04/2007).

Lula viajou para a Argentina

O presidente brasileiro, Luis Inácio Lula da Silva, encontrou-se com o presidente argentino, Nestor Kirchner, em Buenos Aires, para discutir a cooperação energética entre os dois países. O presidente brasileiro anunciou interesse em

parcerias nas áreas de energia hidrelétrica, termelétrica, nuclear, eólica e biodiesel. Foi acertada também uma reunião de uma comissão bilateral de energia no dia 15 de maio, em Brasília, que contará com a participação do ministro brasileiro de Minas e Energia, Silas Rondeau, e do ministro argentino de Planejamento e Infra-estrutura, Julio De Vido. Segundo o chanceler brasileiro, Celso Amorim, que acompanhou Lula no encontro, os dois países estabelecerão uma estratégia comum na produção de biocombustíveis e integrarão outras fontes energéticas à cooperação; entretanto, nenhum acordo foi assinado no encontro. Em apoio à candidatura de Kirchner à reeleição, Lula concedeu entrevistas a jornais argentinos dizendo que a continuidade do colega no poder é extremamente importante para a integração regional. Em relação ao Banco do Sul, o presidente brasileiro afirmou que o Brasil participará da iniciativa depois que for definida a finalidade e a participação de cada país, e que a criação dessa entidade só será possível se as divergências políticas entre os países-membros forem resolvidas (Folha de S. Paulo – Brasil – 28/04/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 28/04/2007; O Globo – Economia – 28/04/2007).

Libanesa presa no Brasil será interrogada pela ONU

A libanesa Rana Kolehlat, que desde 2006 está presa em São Paulo enquanto aguarda o Supremo Tribunal Federal (STF) julgar o pedido de extradição feito pelo governo libanês, será interrogada pela comissão internacional da ONU formada para investigar o assassinato do ex-primeiro-ministro libanês Rafik Hariri. Segundo o chefe da comissão, Serge Brammertz, a libanesa teria informações sobre o assassinato de Hariri por ter sido diretora do banco Al Madina, local onde transitou o dinheiro que financiou o atentado (Folha de S. Paulo – Mundo – 28/04/2007).

FMI pediu que AL aumentasse gastos sociais

Em discurso numa conferência sobre América Latina em Cambridge, nos Estados Unidos, o diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Rodrigo de Rato, disse que os governantes dos países latino-americanos devem aumentar seus gastos sociais ao mesmo tempo em que devem manter fortes políticas fiscais a fim de reduzir a pobreza na região. Os programas sociais substituiriam subsídios sem foco e isso ajudaria a diminuir as diferenças sociais que, segundo Rato, têm gerado insatisfação política. O diretor do FMI também chamou a atenção para o “Bolsa Família” no Brasil, pois o programa reaplica gastos tradicionalmente voltados para as classes média e alta da sociedade (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 28/04/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 28/04/2007; O Globo – Economia – 29/04/2007).

Brasil e EUA divergem sobre camarão

Autoridades brasileiras e americanas reuniram-se em Genebra, na Suíça, para tentar solucionar o impasse diante da suspeita de que empresas brasileiras estariam fazendo acordos com importadores dos EUA para tentar driblar as altas taxas do governo e continuar exportando camarão para o país. A delegação brasileira foi liderada por Fernando de Magalhães Furlan, diretor do Departamento de Defesa Comercial do Ministério do Desenvolvimento. Segundo Furlan, devido à falta de informação prestada pela delegação norte-americana, o Brasil deverá levar o caso à Organização Mundial do Comércio (OMC). O governo dos EUA alegou não saber de tais acordos e disse ainda estar atuando dentro de suas próprias leis ao autorizar a reavaliação das sobretaxas sobre produtos a cada ano (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 28/04/07).

Brasil será sede de encontro organizado pela ONU

Nomes de maio, a ONU lançará no Brasil a Iniciativa Global de Commodities, projeto que contará com a participação de mais de 100 países e que visa adotar medidas para fortalecer a participação dos países em desenvolvimento no comércio. O encontro servirá para que os países em desenvolvimento negociem um acordo para obtenção de maiores ganhos no comércio de commodities e também para a transformação do boom dos preços em estratégias para o combate da pobreza. Apesar de o Brasil ser sede da reunião, o presidente brasileiro, Luis Inácio Lula da Silva, não participará do evento (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 28/04/07).

Economista do Banco Mundial aponta entraves ao investimento privado no Brasil

De acordo com Paulo Corrêa, economista-sênior do Banco Mundial, a instabilidade das regras que regem o funcionamento de setores como telefonia, energia e transportes, são o principal entrave para investimentos privados em infra-estrutura no Brasil. Corrêa acredita que para que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) tenha sucesso, deverá receber investimentos privados e deverão ser tomadas medidas que diminuam as incertezas jurídicas e regulatórias das quais dependem as decisões dos empresários. Corrêa ainda estima que o Brasil precisaria investir 3% do Produto Interno Bruto (PIB) em infra-estrutura - atualmente, o governo federal espera aplicar 0,5% do PIB. (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 29/04/2007).

Evo Morales anunciou a saída da Bolívia de órgão do Banco Mundial



Durante a reunião de cúpula da Alternativa Bolivariana para a América (ALBA), o presidente da Bolívia, Evo Morales, anunciou a saída de seu país do Centro Internacional para Arbitragem de Disputa sobre Investimento (CIADI), órgão do Banco Mundial ao qual a Petrobrás tem o direito de recorrer no caso de surgirem complicações nas negociações com a Bolívia. Tal iniciativa foi apoiada pela Venezuela, Nicarágua e Cuba, os outros três membros do bloco, sob a alegação de que empresas multinacionais, tendo violado normas constitucionais, resistem às decisões soberanas dos países recorrendo a CIADI. O anúncio ocorre em um momento em que a Bolívia negocia a estatização de diversas empresas multinacionais. Em setembro do ano passado, o presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, demonstrou a possibilidade da empresa acionar o CIADI em razão do impasse sobre as refinarias, possibilidade que foi reafirmada durante a última semana (Folha de S. Paulo – Mundo – 30/04/2007).

EUA e Brasil estudam possibilidade de expandir cooperação na produção de biocombustíveis

Gregory Manuel, responsável no Departamento de Estado americano pelo dossiê de energia, informou que o governo dos EUA avalia a viabilidade de estender a cooperação com o Brasil na área de biocombustíveis para outros países, em especial na África e na Ásia. O Departamento de Estado admite que a iniciativa faz parte de uma estratégia que pretende substituir gradativamente os programas assistencialistas do governo por projetos energéticos. Manuel concluiu uma visita de dez dias à China e à Índia com empresas americanas para debater o fornecimento de energia nesses dois mercados. O Brasil pretende assinar um acordo sobre o etanol com a Índia ainda em 2007, durante uma visita oficial do presidente Lula ao país asiático. Por enquanto, os projetos comuns entre Brasil e Estados Unidos serão implantados no Haiti, El Salvador, República Dominicana e São Cristóvão e Névis. Nas próximas semanas realizar-se-ão reuniões entre cientistas dos dois países, nas quais deverá ser discutido o desenvolvimento de uma segunda geração de etanol, mais eficiente que o produzido atualmente (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 30/04/2007).

Brasil sai da lista de pirataria dos EUA

A representação comercial do governo dos Estados Unidos anunciou que o Brasil foi retirado da lista de países que possuem legislação contra a propriedade intelectual e não a aplicam. O relatório anual chamado Special 301, embora não seja reconhecido por nenhuma organização multilateral, classifica os países com os quais os EUA mantêm relações comerciais em três níveis. No primeiro, estão aqueles nos quais o desrespeito à propriedade intelectual é considerado problema endêmico e base da economia. O segundo grupo, onde estava o Brasil e que inclui China, Índia, Rússia, Venezuela e Argentina, reúne nações que possuem

legislação para a preservação da propriedade intelectual, mas não a aplicam. A lista para a qual o Brasil foi elevado reconhece a existência de legislação e da aplicação da lei com punições e apreensões. Segundo o diretor de Relações Internacionais de Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Carlos Antonio Cavalcanti, a decisão dos EUA foi amparada na observação de ações da Polícia Federal, Receita Federal e organizações empresariais. Além de ações de repressão à pirataria, a Fiesp financiou o treinamento de 400 agentes aduaneiros em 12 portos em 2006. A iniciativa está sendo repetida neste ano. Segundo a Fiesp, 80% dos produtos piratas vendidos no Brasil vêm da China e entram no país pelo Paraguai. O benefício ao Brasil, diz Cavalcanti, será de imagem. A revisão da situação brasileira pode ajudar o país em negociações de acordos de preferência tarifária ou de livre comércio (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 01/05/2007).

Petrobrás se pronuncia quanto à estatização do petróleo no Orinoco

A Petrobrás informou que seus projetos com a indústria petrolífera estatal da Venezuela – PDVSA – não foram afetados pela recente nacionalização dos campos de petróleo na região do Orinoco pelo presidente venezuelano, Hugo Chávez (O Estado de S. Paulo – Internacional – 02/05/2007).

Bolívia ameaça congelar fluxo de caixa das refinarias da Petrobrás

O governo da Bolívia informou que caso não haja um acordo para a compra das refinarias da Petrobrás no país, o presidente Evo Morales assinará o decreto que seqüestra o fluxo de caixa das duas plantas, o que o Palácio do Planalto classificou de "confisco". O governo boliviano ofereceu US\$ 60 milhões, valor não aceito pela Petrobrás, que exige uma cifra três vezes maior, segundo Álvaro García Linera, vice-presidente da Bolívia. O governo de Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que congelará os investimentos no país andino caso este prossiga com o que vem apregoando, além de recomendar a outros países que façam o mesmo. Devido ao impasse na definição do real preço de ambas as refinarias, o vice-presidente boliviano afirmou que contratará uma consultoria técnica internacional para avaliar seu real valor. Apesar da contenda, a estatal brasileira assinou novos contratos com o país e anunciou o investimento de US\$ 200 milhões nos campos de San Antonio (Folha de S. Paulo - Dinheiro - 03/05/2007; O Estado de S. Paulo - Economia - 03/05/2007; O Globo - Economia - 03/05/2007).

Lula demonstra desejo de adquirir imóveis para representações diplomáticas brasileiras

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou durante a cerimônia de formatura da nova turma de diplomatas, no Itamaraty, que pretende iniciar a compra de



prédios para instalar as embaixadas brasileiras, com vistas a pôr fim ao grande gasto com aluguéis pela União. O Ministério das Relações Exteriores gastou em 2005 42% de toda a sua despesa com aluguéis de 34 órgãos dos Três Poderes, totalizando R\$ 124,2 milhões. Setenta e nove prédios são alugados no exterior (O Estado de S. Paulo - Nacional - 03/05/2007; O Globo - País - 03/05/2007).

Brasil, Índia e China se unem por mudanças em relatório ambiental

O Brasil e a Índia se uniram à China exigir mudanças no texto do Terceiro Relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas das Nações Unidas (IPCC), o qual foi discutido em Bangcoc, na Tailândia. Os três países cobram mais referências às nações desenvolvidas no relatório (como a informação de que a poluição por parte destas correspondem a 75% do total) e desejam que elas sejam diretamente responsabilizadas pelos efeitos da mudança climática. Apesar de ter como fonte de energia uma matriz limpa (a força hidrelétrica), o Brasil é criticado por países de Primeiro Mundo pelo alto grau de poluição resultante das queimadas na floresta amazônica (O Globo – Ciência – 03/05/2007).